

LIÇÃO 11

A RECOMPENSA DAQUELE QUE CONFIA EM DEUS

TEXTO ÁUREO: “Porque os malfeitores serão desarraigados; mas aqueles que esperam no Senhor herdarão a terra.” (Salmo 37.9)

LEITURA BÍBLICA: SALMO 37.1-11

INTRODUÇÃO

O salmo 37 é um dos exemplos mais ilustrativos dos salmos sapienciais. O propósito do seu autor, o rei Davi, é instruir o povo de Deus a respeito do problema do mal – um tema que, de certo modo, está implícito no já estudado salmo 15, mas que ali é considerado como um tema resolvido, sobre o qual resta determinar quem habitará o *verdadeiro* tabernáculo de Deus. No presente salmo, porém, a questão em pauta é como a *prosperidade dos ímpios* e o *sofrimento dos justos* no presente estão de acordo com a justiça e providência de Deus, como ambas essas condições devem ser julgadas, não à luz do presente, mas do que está reservado a cada um segundo suas obras, e como, portanto, o povo de Deus não deve duvidar da bondade de Deus, nem murmurar da sua sorte, nem invejar a sorte dos malfeitores.

I – EXORTAÇÃO AO JUSTO PARA NÃO TER INVEJA DO ÍMPIO (VV. 1-11)

O salmista começa exortando-nos quanto a duas atitudes em relação à prosperidade, ou sucesso e bem-estar, dos ímpios, que devem ser evitadas. A primeira, na frase: “*não te indignes por causa dos malfeitores*”, diz respeito ao sentimento de indignação, não com o *pecado* ou a *injustiça* em si mesmos – aborrecer o mal é uma virtude, conforme já vimos, louvada no salmo 15 – mas sim com o fato de o malfeitor prosperar em seu caminho, e não ser punido imediatamente pelas suas obras más, o que equivale a *murmurar* contra a providência divina. Do mesmo modo, a segunda atitude, expressa na frase: “*nem tenhas inveja dos que praticam a iniquidade*”, também não diz respeito à *iniquidade* propriamente, mas sim à prosperidade, em qualquer sentido, de que os tais usufruem no presente, como se as coisas que constituem a prosperidade ou adversidade de alguém fossem mais importantes ou de maior valor aos olhos de Deus do que a prática da justiça e a aversão à iniquidade.

Segue-se a razão deste conselho, resumida em poucas palavras, mas suficiente para chamar nossa atenção para a eternidade: “*Porque cedo serão ceifados como a erva e murcharão como a verdura*” (v. 2). Não é apenas uma recordação de que, seguindo a natureza geral de tudo o que sucede debaixo do sol, o homem e toda a sua glória passarão como a erva e a sua flor (Is 40.6; cf. 1 Pe 1.24); mas esta comparação do ímpio a uma planta de pouca duração significa que, na perspectiva eternidade, ele será julgado, não pelos benefícios que lhe tenham caído em sorte de acordo com a misericórdia e providência divina, mas sim pelas suas *obras*, as quais, por serem más, demandam a sua condenação eterna. Em vista da iminente destruição que paira sobre o ímpio, não há porque se indignar com sua aparente “impunidade” atual, tampouco com a “prosperidade” sob a qual ele se esconde e se engana.

A atitude contraposta à que se deve evitar é proposta então nas expressões seguintes. *Confiar no Senhor* é crer que Ele é bom e justo, e por isso nunca desampara aqueles que O temem, nenhuma adversidade podendo abalá-los, mas antes estarão sempre seguros em suas consciências, certos de que o Senhor recompensa aqueles que fazem o bem. Ao invés de questionarmos e murmurarmos contra a providência divina, sob a qual até os ímpios podem ser agraciados com benesses materiais, devemos nos *deleitar no Senhor e entregar nossos caminhos a Ele*, no sentido de nos alegrarmos e nos contentarmos com tudo o que nos sucede, pois mesmo as adversidades redundarão, eventualmente, em nossa plena satisfação e realização espiritual, desde que não recusemos os caminhos de Deus, mas antes submetamos os nossos caminhos à Sua vontade (cf. Tg 1.2-3, 12). “*Descansa no Senhor e espera n’Ele*”, reforça as exortações anteriores, pois aquele que confia e se deleita em Deus estará tranquilo e em paz

para não se inquietar com a aparente segurança dos ímpios, sabendo que, no final, até o homem de “*astutos intentos*” será desarraigado da terra e a justiça se manifestará e prevalecerá (v. 7). Descansar em Deus é não dar lugar à ira, vingança e violência, de que os ímpios se valem para alcançar os seus desejos; é saber que a justiça pertence a Deus e que Ele não falhará em cumpri-la (cf. Tg 1.20).

II – A DIFERENÇA ENTRE O JUSTO E O ÍMPIO (VV. 12-34)

A parte mais extensa do salmo delinea vários contrastes entre a conduta do justo e do ímpio, apontando as consequências eternas de ambos os caminhos, ao mesmo tempo reforçando o propósito do salmo, de explicar a vaidade da aparente prosperidade do ímpio e do eterno e imutável favor de Deus sobre o justo, mesmo estando este sob adversidade no presente; e que por isso a condição atual do ímpio não deveria ser motivo de surpresa e indagação por parte dos fiéis. O salmista considera como o ímpio é hábil em *maquinar o mal*, especialmente para prejudicar o justo, de cuja paciência e humildade se aproveita: “*o ímpio maquina contra o justo*”, “*contra ele range os dentes*”, “*puxaram da espada e entesaram o arco*”, “*toma emprestado e não paga*”, “*espreita o justo e procura mata-lo*” (vv. 12, 14, 21, 32). Essa atitude pode parecer legítima no conceito do homem natural, que acredita que o mundo pertence aos astutos, aos “espertos”; contudo, nenhuma artimanha contra os justos mudará o fato de que, “*ainda um pouco, e o ímpio não existirá*”. O próprio Deus, como diz o texto sagrado, vê os esforços dos malfetores como algo vão, inútil, em razão da iminência da perdição reservada como paga pelas suas obras (v. 13).

A reflexão seguinte: “*Vale mais o pouco que tem o justo do que as riquezas de muitos ímpios*” (v. 16) confirma que o salmista não vê a prosperidade material como sinal de aprovação divina. Deus criou tanto o pobre como o rico (Pv 22.2), contudo, tanto um como o outro podem ser verdadeiramente prósperos se, seja no muito ou no pouco, for o Senhor quem os sustenta (v. 17), o fruto dos seus dias de obediência e paciência, e não sua riqueza acumulada, redundando em uma herança eterna (v. 18), não sendo envergonhados na adversidade, e aprendendo a se contentar com a porção que o Senhor lhes distribuir a cada dia (v. 19); e, inclusive, sempre tendo o que repartir com o próximo (v. 21).

III – DOIS TESTEMUNHOS DE DAVI (VV. 25-40)

Além dos assuntos já destacados nas seções anteriores, que aqui são reforçados em termos diferentes, queremos chamar a atenção para os testemunhos de Davi confirmando a doutrina apresentada. No primeiro, ele declara a veracidade do amparo de Deus em relação ao justo, mesmo na adversidade: “*Fui moço e agora sou velho, mas nunca vi desamparado o justo, nem a sua descendência a mendigar o pão*”, o que não significa que o justo não possa ser provado até a uma condição de pobreza extrema. O rei de Israel se refere aqui a uma das maldições pronunciadas na Lei contra a desobediência – neste caso, o povo seria privado, pela seca, guerras e pragas, de todos os meios para obterem o seu sustento. O justo jamais incorrerá na ira de Deus para sofrer tal punição, mas, estando sob tais circunstâncias, o Senhor estará com Ele e, de modo providencial, demonstrará esse cuidado, eventualmente se manifestando a justiça daquele que espera em Deus, ainda que sobre os seus descendentes.

No testemunho seguinte, Davi relata sua constatação acerca de um ímpio que prosperou grandemente, e a muitos iludiu – e, por certo, iludiu-se a si mesmo – com o esplendor da sua grandeza, tal como uma árvore verde. Mas, rapidamente, a ira de Deus se abateu sobre ele, de tal modo sendo esquecida a sua opulência, e ele “*passou, e já não é*” (vv. 35, 36).

CONCLUSÃO

O salmo 37 apresenta maravilhosas promessas de cuidado e misericórdia de Deus reservadas não só para esta vida, mas para se manifestarem na eternidade, àqueles que verdadeiramente confiam no Senhor e que em tudo Ele sabe o que é melhor para nós.